



SECRETÁRIA GARANTE: NENHUM VIGILANTE FICARÁ DESEMPREGADO



Deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante durante reunião

A secretária de Planejamento, Leany Lemos, garantiu que nenhum vigilante perderá seu emprego na assinatura dos novos contratos de prestação de serviços de vigilância para os órgãos do GDF. A garantia foi dada ao deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante e a diretores do sindicato, nesta terça-feira, em audiência no Palácio do Buriti.

Também participaram da audiência o vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado Wellington Luiz; o presidente do sindicato, Paulo Quadros; o vice-presidente, Regivaldo Nascimento; e uma comissão composta por duas vigilantes e

um vigilante.

“Nós vamos discutir, agora, a questão do remanejamento dos vigilantes de um lugar para outro, o que não é correto”, informou o deputado.

A secretária Leany Lemos decidiu convocar uma reunião entre os diretores do Sindicato dos Vigilantes e representantes das empresas contratadas para tentar sanar o imbróglio. A reunião ficou agendada para a tarde de amanhã, quarta-feira, às 17h30.

Todo esse impasse começou com a demissões de trabalhadores pelas empresas Multiserv e Brasfort em virtude no novo contrato de vigilância

com o GDF. As duas empresas, que venceram alguns dos lotes da licitação do GDF, estão descumprindo a convenção coletiva e ameaçam demitir cerca de 300 vigilantes.

De acordo o edital da licitação, baseado na convenção do sindicato, as empresas vencedoras do novo contrato devem absorver os vigilantes dos postos de trabalho da antiga empresa. A regra é estabelecida na cláusula 34ª, que trata das garantias de emprego.

Outra garantia dada foi que os vigilantes que trabalham em postos da Secretaria de Saúde serão contratados pelas empresas vencedoras da licitação.

Apoio da Câmara Legislativa

Mais cedo, os vigilantes foram até a Câmara Legislativa pedir apoio do poder legislativo para a causa. A mesa-diretora da CLDF delegou o vice-presidente, deputado Wellington Luiz, para tratar uma solução para o impasse.

“Só através da mobilização da categoria é possível avançar na causa. Essa causa é muito importante para a cidade”, disse.

A Câmara Legislativa também convocou o sindicato e as empresas para uma reunião com o objetivo de sanar o obstáculo.

Fonte: Chico Vigilante

FST denuncia governo Temer na OIT



Representantes FST denunciam governo Temer

Genebra (Suíça) - Uma delegação do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), integrado pela CNTV e outras 21 Confederações laborais, comandada pelo coordenador nacional Artur Bueno de Camargo, que também preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Indústria de Alimentação (CNTA), entregou, nesta segunda (28), em Genebra, um documento ao diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Rider, denunciando a violação, por parte do governo brasileiro, das convenções daquela

instituição das quais o Brasil é signatário.

O documento do FST denuncia que a aprovação da lei da reforma trabalhista pelo Congresso Nacional e já sancionada pelo Executivo viola as Convenções 98, 154 e 155 da OIT, segundo as quais a promoção das convenções coletivas deve ser efetivada sempre em condições mais favoráveis das fixadas na legislação do trabalho. Ou seja, os acordos e convenções não podem, segundo as normas da OIT ratificadas pelo governo brasileiro, não podem subtrair direitos consagrados em lei, como prevê a reforma trabalhista recém-aprovada.

Além disso, o FST denuncia que a nova lei cuja previsão de vigência é o próximo mês de novembro, “destrói qualquer possibilidade de uma legítima negociação pois traz em seu bojo o enfraquecimento das entidades sindicais de trabalhadores, desestímulo aos contratos coletivos, incentivo à demissão de trabalhadores e substituição por mão-de-obra sem proteção”. O documento sinaliza que a reforma trabalhista do governo Temer desrespeita “o patamar mínimo civilizatório e sem observância da dignidade da pessoa humana”. Ao finalizar, os dirigentes sindicais consideram que “a prevalência do negociado sobre o legislado – premissa da reforma trabalhista - não valoriza a negociação coletiva, mas cria espaços para a precarização das condições de trabalho ao permitir que sejam pactuados parâmetros laborais abaixo

do que prevê a lei, gerando insegurança jurídica. A discussão em torno da proposta precisa ser, necessariamente, precedida pela reforma do sistema sindical e pela criação de instrumentos para punição de atos antissindicais, sob pena de esvaziamento das negociações e fomento extraordinário à corrupção nas relações coletivas de trabalho”.

Na ocasião, Guy Rider demonstrou conhecimento da situação brasileira e estranhou o fato da reforma trabalhista ter sido aprovada em muito pouco tempo. Relatou, também, encontros com autoridades governamentais brasileiras e o fato, estampado pela imprensa, de que governo estaria disposto a adotar medidas antipopulares pois não terá interesse de se submeter futuramente às urnas.

Além do coordenador nacional do FST, Artur Bueno de Camargo, compareceram à reunião com o diretor-geral da OIT, o presidente da CONTRATUH (Turismo e Hospitalidade), Moacyr Roberto Tesch Auersvald; o presidente da CONTAG (Trabalhadores Rurais), Alberto Broch; o secretário-geral da UITA (União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação) para a América Latina, Gerardo Iglesias; e o presidente da CONACATE (Carreiras Típicas de Estado), Antônio Carlos Fernandes Jr. Estava presente, também, a sra. Beatriz, assessora mundial da OIT.

Fonte: Comunicação FST



Sindicato trata de fiscalização e CNV na Polícia Federal



Direção foi recebida pelo delegado Marcelo Picarelli, à esquerda

O presidente Loreni Dias teve uma reunião na manhã desta sexta-feira na Polícia Federal com o delegado Marcelo Picarelli. Eles trataram de questões relacionadas à fiscalização de empresas irregulares e a Carteira Nacional de Vigilante (CNV). Estavam juntos os diretores Carlos Schio, Ivo Carioca e Elisa Araújo, mais o assessor jurídico Maurício Vieira da Cunha.

Titular da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp), Picarelli informou que a permissão para o sindicato fazer a segunda via da CNV precisa vir de Brasília. Ele se mostrou favorável à ideia, mas solicitou mais informações sobre os sindicatos que já receberam essa autorização, como é o caso do Distrito Federal.

Segundo o delegado, a direção da PF deverá orientar como fazer a carteira, o modelo do documento e quem vai poder acessar o sistema da Gestão Eletrônica de Segurança Privada (Gesp), que tem o cadastro de vigilantes na ativa e empresas de vigilância.

Também informou que a PF está notificando as prefeituras do interior para que cumpram a legislação nas licitações e contratem apenas empresas em situação regular. “Estamos alertando (as prefeituras) que têm descumprido a legislação que elas poderão se complicar com a lei da responsabilidade fiscal, inclusive”, disse o delegado.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Caixa anuncia fechamento de agências no dia do bancário



No dia do bancário (28), a Caixa Econômica Federal surpreendeu os trabalhadores bancários com o anúncio do fechamento de importantes pontos de atendimento à população. Dentre eles, as agências de Campinas de Pirajá, Salvador, e da Vila Clementino, em São Paulo. Ao ser questionado pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), na última reunião realizada no dia 15 de agosto de 2017, o banco omitiu as informações sobre o encerramento das atividades e quais agências seriam afetadas.

Com investimentos em projetos de construção de moradias populares, incentivo ao esporte, à cultura e financiamento à educação, micro e pequenas empresas, a Caixa se tornou um banco público fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país e a redução da sua capilaridade é cada vez mais preocupante para a população.

Durante a última reunião com os representantes dos empregados, a direção da Caixa afirmou que

não tinha a previsão de fechamento de agências e que o déficit financeiro das unidades era o principal parâmetro a ser considerado. Para Dionísio Reis, coordenador da CEE/Caixa, a atitude causa efeito contrário e prejudica a imagem do banco que, por sua inserção na sociedade, conquistou grande valorização da sua marca. “As agências que estão localizadas em regiões distantes e bairros onde só tem a Caixa como banco são muito importantes para a população e também fazem com que a imagem da empresa se valorize. A Caixa virou ‘top of mind’ por conta de estar em todos os locais”, afirmou.

O processo de fechamento de agências retira trabalhadores de suas funções e contribui para precarização do atendimento, além de atacar o desenvolvimento local e contribuir para a recessão e desemprego no país. “É um absurdo. É um atentado contra a empresa e contra os trabalhadores”, finalizou Dionísio.

Contra o desmonte

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e com a Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa (Fenae), divulgou em Carta Aberta à população, no dia 23 de agosto, a realização de atos semanais, todas as quartas-feiras, contra o desmonte dos bancos públicos, realizado pelo governo Temer. “Qualquer movimentação como a que está sendo feita com a Caixa tem que ser feita após discussão com a sociedade. A Caixa é mais que um banco e a sociedade espera isso da direção do banco”, disse Dionísio.

Fonte: Contraf-CUT

Por que haverá redução de R\$10 reais no salário mínimo do povo?



Governo Temer propõe salário mínimo de R\$ 969,00 em 2018; o valor é R\$ 10,00

O anúncio divulgado pelo Ministério do Planejamento semana passada, feito pelo presidente golpista Michel Temer sobre o valor do salário mínimo de 2018 gerou revolta entre a população do país.

A previsão, de acordo com as projeções de inflação, seria de elevar o salário mínimo, que atualmente é de R\$ 937, para R\$ 979. O governo, no entanto, resolveu baixar em 10 reais o valor, com a justificativa de supostamente conter os rombos nas contas públicas.

No quadro “Falaí” desta semana, a estudante Gleici questiona o porquê da redução e se “é o povo quem vai pagar essa conta”. Quem responde é Guilherme Melo, economista e professor universitário:

“A questão do salário mínimo está ligada a uma regra e ao mesmo tempo uma decisão política. A regra, que foi estabelecida ainda no governo Lula, é de que o salário mínimo tem que subir pelo menos a inflação do ano anterior, mais o crescimento do PIB de dois anos atrás.

O problema é que como o PIB não cresceu, então o governo vai só repor a inflação do ano passado, ou seja, o aumento do salário mínimo do ano que vem vai repor a inflação desde ano de 2017. Como ainda não se sabe qual é a inflação desse ano, porque a gente ainda não chegou ao final do ano, e não se sabe o quanto vai ter de inflação acumulada, então o governo tem revisado pra baixo as expectativas da inflação e, portanto, o aumento no salário mínimo.

A questão política é que o governo poderia sim estabelecer um valor mais alto, um aumento maior do salário mínimo pra incentivar a economia brasileira. No entanto, o governo tem decidido cortar o salário, digamos assim, os direitos trabalhistas e de alguma forma o salário mínimo do povo, ao mesmo tempo que mantém vários gastos que são absolutamente questionáveis, como os gastos com grandes funcionários públicos e desonerações fiscais.”

Fonte: Brasil de Fato

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo,

lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF